



ENTRE ENTENDIMENTOS E PRÁTICAS: COMO OS DOCENTES PERCEBEM A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEXUALIDADE (EIS)

Rone Rosa Martins¹

¹ Universidade Federal de Goiás / ronerosamartins@gmail.com

Resumo

Este artigo investiga os desafios enfrentados por professores da educação básica ao abordar a Educação Integral em Sexualidade (EIS), considerando normas, resistências socioculturais e lacunas na formação. A pesquisa explora como essas resistências se manifestam na escola e seus impactos na formação e prática docente. O objetivo é analisar os discursos, experiências, silenciamentos e estratégias pedagógicas mobilizadas pelos professores diante das barreiras impostas pela temática da sexualidade. A metodologia qualitativa empregou a análise de conteúdo (Bardin, 2011) de questionários aplicados a docentes de uma escola pública no estado de Goiás. A fundamentação teórica baseia-se em Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e Mary Neide Damico Figueiró. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento da relevância da EIS, persistem silenciamentos decorrentes da insegurança institucional, da carência de formação e do temor de conflitos com famílias e gestores. No entanto, surgem experiências pedagógicas que desafiam o currículo oficial, apontando para atuações críticas e emancipadoras. Uma formação docente que incorpore os direitos humanos é essencial para estabelecer práticas de Educação Integral em Sexualidade na escola que desafiem as normas atuais.

Palavras-chave: Educação Integral em Sexualidade. Formação continuada. Educação Sexual na Escola.

Introdução

A sexualidade, compreendida como dimensão intrínseca e estruturante da experiência humana, permeia todas as esferas da vida social, incluindo, de forma inegável, o ambiente escolar. Contudo, a trajetória histórica da instituição escolar revela uma atuação predominantemente voltada para a regulação, o silenciamento e a moralização dos corpos e discursos sexuais. Como Foucault (2017) perspicazmente observou, o saber sobre o sexo não foi meramente objeto de repressão, mas sim de uma complexa administração e normatização, transformando a sexualidade em um campo privilegiado para a manifestação e o exercício do poder. Nesse contexto, a escola emerge como um dispositivo disciplinador, empregando currículos, normas institucionais e práticas pedagógicas que moldam e controlam os modos de ser, de sentir e de se relacionar dos indivíduos em formação.

Apesar da existência de marcos legais e políticos que, ao longo das últimas décadas, sublinharam a imperiosa relevância da Educação Integral em Sexualidade (EIS) no ambiente escolar, observa-se, no Brasil contemporâneo, um preocupante movimento de apagamento e

desarticulação dessas propostas. Um exemplo contundente dessa lógica regressiva é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Longe de representar um avanço na abordagem da sexualidade, a BNCC suprime referências claras à Educação Integral em Sexualidade (EIS) e aos debates de gênero, diluindo-os em generalizações como “respeito às diferenças” ou “valorização da diversidade”, sem o devido comprometimento explícito com uma Educação Integral em Sexualidade (EIS) verdadeiramente emancipatória (Figueiró, 2020). Essa omissão reflete uma preocupante guinada conservadora que impacta diretamente a formação integral de crianças e adolescentes.

Diante desse cenário complexo, os professores e professoras encontram-se imersos em um emaranhado de contradições. De um lado, reconhecem a urgência inadiável de abordar a sexualidade com seus alunos, face a situações concretas de violência (como o abuso sexual), discriminação (por orientação sexual ou identidade de gênero) e desinformação que permeiam o cotidiano dos estudantes. De outro, defrontam-se com resistências institucionais arraigadas, uma notória ausência de formação inicial e continuada específica na área da sexualidade, uma inerente insegurança pedagógica para tratar de temas tão sensíveis e o constante receio de serem alvo de denúncias ou represálias por parte das famílias ou da própria comunidade escolar. Figueiró (2014) acentua que a formação docente ainda negligencia a sexualidade como um campo de saber relevante e transversal, abordando-a de forma pontual, excessivamente moralista ou, na pior das hipóteses, periférica ao currículo. Louro (2013), por sua vez, ressalta que a escola não se limita a silenciar a sexualidade, mas também a produz ativamente por meio de dispositivos curriculares implícitos e explícitos, rituais escolares internalizados e discursos que, de forma sutil ou manifesta, regulam o que pode ser dito, feito ou sentido em relação ao corpo, ao afeto e ao desejo.

Dessa forma, o trabalho docente é constantemente atravessado por tensionamentos cotidianos entre aquilo que se cala – muitas vezes por imposições externas ou autocensura – e aquilo que, a despeito das dificuldades, se ensina. Figueiró (2014) propõe uma compreensão da Educação Integral em Sexualidade (EIS) como um campo de disputa política e ética, onde diferentes projetos de sociedade e de formação humana se digladiam. A escola, longe de ser um espaço de neutralidade, assume um papel central nessas disputas, e os docentes são sujeitos ativos nesse processo, frequentemente confrontando dilemas pungentes entre sua consciência pedagógica, que clama por uma abordagem integral e crítica, e as limitações impostas pelas políticas educacionais restritivas ou pelas normativas culturais conservadoras.

Com base nessas reflexões prévias, este artigo propõe-se a analisar os discursos que circulam, os silenciamentos que persistem e as estratégias pedagógicas que são mobilizadas por professores e professoras da educação básica diante das multifacetadas resistências à Educação Integral em Sexualidade (EIS). Parte-se da seguinte questão de pesquisa, que guia toda a investigação: de que forma essas resistências se manifestam no cotidiano escolar e quais impactos concretos produzem na formação e na prática docente? Para responder a essa questão complexa, adotou-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, que permitiu uma análise aprofundada das respostas de 19 docentes – sendo 17 mulheres e 2 homens, com um tempo de carreira que variou de 2 a 27 anos – que atuam em uma escola pública situada no interior do estado de Goiás. Os participantes foram selecionados com base em critérios rigorosos: vínculo mínimo de um semestre com a instituição, regência de turma ativa e, fundamentalmente, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a ética e a voluntariedade da participação.

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade urgente e premente de compreender em profundidade como operam os mecanismos de resistência à Educação Integral em Sexualidade (EIS) no espaço escolar. Além disso, busca-se evidenciar as estratégias pedagógicas inovadoras e criativas que têm sido empregadas pelos docentes para tensionar e, em alguns casos, transpor tais limites. Ao dar visibilidade às experiências autênticas e aos desafios enfrentados por professores e professoras que atuam ativamente nesse contexto desafiador, a pesquisa almeja contribuir de forma significativa para o debate acadêmico e social mais amplo sobre a formação docente. Simultaneamente, busca-se inspirar a construção e a consolidação de práticas educativas que sejam intrinsecamente comprometidas com os direitos humanos, a promoção da equidade e uma concepção crítica, plural e verdadeiramente emancipadora da sexualidade humana.

A EIS entre avanços legais e retrocessos curriculares

A sexualidade, dimensão inerente à existência humana desde o nascimento, perpassa e molda a constituição subjetiva dos indivíduos em suas múltiplas facetas. Contudo, sua complexidade é incessantemente controlada e moldada por uma infinidade de dispositivos históricos, sociais e culturais que delimitam o que pode ser expresso, vivido e ensinado sobre ela. Michel Foucault (2017), em suas análises perspicazes sobre os mecanismos de poder que se imbricam nos corpos, elucida como o sexo, em particular, transcendeu sua dimensão biológica para se tornar objeto de um saber minucioso e intrincado. Esse saber, longe de ser

neutro, está intrinsecamente articulado a estratégias de vigilância e normatização, que visam controlar e disciplinar os comportamentos humanos. Nesse panorama, a escola emerge como uma das instituições mais emblemáticas e cruciais na administração desses saberes sobre a sexualidade. Ela opera, de forma explícita e implícita, como um espaço privilegiado de reprodução de normas sociais que incidem diretamente sobre os corpos, os afetos e os comportamentos dos sujeitos, moldando identidades e percepções do que é considerado "normal" ou "desviante".

No cenário brasileiro, as propostas de Educação Integral em Sexualidade (EIS) nas escolas manifestaram-se em diferentes épocas históricas, cada qual com suas particularidades e motivações. Em alguns momentos, estiveram intrinsecamente articuladas a políticas de saúde pública, visando a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e a promoção da saúde reprodutiva. Em outros, foram impulsionadas por projetos educacionais mais amplos, profundamente comprometidos com a defesa e a promoção dos direitos humanos, buscando fomentar o respeito à diversidade e a construção de uma cidadania plena. Contudo, apesar desses esforços pontuais, o campo da Educação Integral em Sexualidade (EIS) no Brasil nunca alcançou uma consolidação ampla e estruturada. A atuação docente nesse campo tem sido marcada por uma oscilação constante entre iniciativas individuais de educadores engajados e políticas públicas intermitentes, frequentemente interrompidas por mudanças de governo, que alteram as prioridades educacionais, ou por intensas ofensivas morais de grupos conservadores, que buscam restringir o debate sobre sexualidade nas escolas. Figueiró (2014) oferece uma análise perspicaz desse cenário, ao apontar que a Educação Integral em Sexualidade (EIS) é, no país, um campo em constante disputa, atravessado por tensões éticas, políticas e epistemológicas. Essas tensões envolvem concepções diversas e, por vezes, antagônicas, sobre a infância, o papel da família, as categorias de gênero, a influência da religião e a própria noção de cidadania, o que dificulta a construção de um consenso e a implementação de uma abordagem consistente.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 serve como exemplo notório desse contexto regressivo e das disputas mencionadas. Longe de consolidar um marco que promovesse um debate aberto, responsável e crítico sobre a sexualidade e o gênero, a BNCC optou por uma estratégia de supressão. Termos diretamente relacionados à Educação Integral em Sexualidade (EIS) e ao gênero foram sistematicamente omitidos, em favor de abordagens genéricas e eufemísticas, como "respeito às diferenças" e "valorização da diversidade". Essa supressão, como bem destaca Figueiró (2014), não representa, de forma

alguma, uma neutralidade programática. Pelo contrário, ela simboliza uma vitória de setores conservadores que exerceram forte pressão política para a exclusão de termos como "gênero" e "sexualidade" do currículo escolar. Essa manobra, ao invés de pacificar o debate, enfraqueceu significativamente a função social da escola como espaço crucial para a promoção de direitos humanos, a formação para a cidadania e o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre a diversidade humana.

Nesse cenário de incertezas e retroprocessos, os docentes da educação básica encontram-se constantemente permeados por questionamentos e dilemas. Como afirma Guacira Lopes Louro (2013), mesmo que a escola, em seu currículo formal e em suas diretrizes oficiais, silencie sobre a sexualidade, ela paradoxalmente participa ativamente de sua produção. Isso ocorre por meio de uma complexa rede de práticas curriculares implícitas, discursos pedagógicos que, mesmo sem mencionar explicitamente a sexualidade, veiculam normas de gênero e comportamento, e rituais institucionais que estabelecem expectativas e normas para os comportamentos e as expressões de gênero dos estudantes. Desse modo, ainda que o tema da sexualidade não esteja formalmente previsto no currículo, ele é assimilado de forma implícita e constante pelos estudantes. Essa assimilação se dá por meio de práticas cotidianas, discursos velados e rotinas escolares que reproduzem expectativas sociais sobre comportamentos considerados "adequados" ou "inadequados", reforçando, muitas vezes, estereótipos e preconceitos.

A ausência de uma formação docente que incorpore o compromisso com uma abordagem crítica e abrangente da sexualidade intensifica consideravelmente as dificuldades enfrentadas pelos professores. Figueiró (2010) ressalta que o tema da sexualidade é, geralmente, abordado de forma superficial nos cursos de licenciatura, quando não completamente evitado. Essa lacuna na formação impede que os futuros professores desenvolvam as ferramentas éticas, teóricas e metodológicas necessárias para trabalhar com a sexualidade de modo consciente, responsável e livre de preconceitos. Como consequência, essa deficiência na formação contribui para o reforço de tabus persistentes em relação à sexualidade, para o medo generalizado dos docentes em abordar certos temas considerados polêmicos e para a naturalização do silenciamento como estratégia pedagógica, perpetuando o ciclo de desinformação e estigma.

Diante de todas essas disputas e complexidades, a Educação Integral em Sexualidade (EIS) na escola permanece como um campo de intensas tensões. De um lado, encontram-se as normas institucionalizadas, os currículos oficiais que silenciam, e as pressões conservadoras que buscam invisibilizar a sexualidade. De outro, manifestam-se as resistências docentes, as

inquietações dos estudantes e o que, frequentemente, é dito nas entrelinhas, nas conversas informais, nas reações espontâneas e nas dúvidas expressas pelos alunos. Entender a profundidade e a dinâmica dessas disputas exige uma leitura crítica e aprofundada das políticas educacionais e das práticas escolares, como propõe Foucault (2017). Essa leitura não se limita a identificar os mecanismos de poder que atuam na regulação da sexualidade, mas busca, sobretudo, vislumbrar e fortalecer as formas possíveis de resistência. É nesse espaço de tensão e resistência que reside a possibilidade de construir uma Educação Integral em Sexualidade (EIS) mais inclusiva, crítica e transformadora, capaz de promover uma compreensão mais plena e respeitosa da diversidade humana.

Medo, censura e desafios pedagógicos

A atuação dos professores no que concerne à Educação Integral em Sexualidade (EIS) é intrinsecamente perpassada por um complexo emaranhado de tensões. As narrativas docentes evidenciam o peso de um cenário onde a omissão institucional, a escassez de formação específica e o receio de retaliações por parte de pais, mães ou gestores culminam no silenciamento como prática reiterada. A instituição escolar, que por sua natureza poderia configurar-se como um espaço de acolhimento, escuta ativa e construção coletiva de significados acerca da sexualidade, transfigura-se, com frequência, em um território de censura, insegurança e interdições. Tal realidade não apenas restringe a liberdade pedagógica, mas também obsta o desenvolvimento integral dos discentes em uma dimensão crucial de suas vidas.

Os dados compilados com docentes de uma instituição pública de ensino situada no interior do estado de Goiás, corroboram um conjunto de sentimentos e percepções que gravitam em torno do temor e da insegurança. A liberdade pedagógica, pilar basilar de uma educação emancipatória, é severamente mitigada pela ausência de suporte explícito da gestão escolar e pela intensa pressão exercida por grupos conservadores presentes na comunidade escolar, conforme relatos consistentes. Em diversos casos, professores e professoras asseveraram ter recebido orientações veladas para "evitar certos assuntos", notadamente aqueles intrinsecamente vinculados às discussões de gênero. Isso demonstra que as resistências à Educação Integral em Sexualidade (EIS) não se manifestam meramente como ideias abstratas ou posições ideológicas, elas se materializam em instruções disfarçadas, advertências administrativas sutis, pressões familiares diretas e omissões estruturais que deslegitimam o tema no ambiente educacional. Tais pressões fomentam um ambiente de autocensura que inibe a discussão aberta e necessária sobre a sexualidade.

A carência de formação específica emerge como uma das principais origens desse silêncio predominante. Muitos docentes reconhecem abertamente que não se sentem devidamente capacitados para abordar a complexidade do tema, manifestando receio em empregar terminologias inadequadas ou em gerar conflitos desnecessários com pais, mães e responsáveis pelos alunos. Consoante Figueiró (2014), a sexualidade permanece lamentavelmente marginalizada nos currículos de licenciatura, sendo abordada de forma incipiente e, quando presente, quase exclusivamente sob a perspectiva da biologia reprodutiva ou da profilaxia de infecções sexualmente transmissíveis. Essa abordagem limitada impede drasticamente o desenvolvimento de uma compreensão crítica, ética e contextualizada da sexualidade, que a perceba como uma dimensão multifacetada da subjetividade humana, da cultura e, indissociavelmente, da cidadania. A ausência de formação aprofundada perpetua um ciclo de desinformação e desconforto entre os educadores.

Adicionalmente, a responsabilização individual do professor ou professora pelo enfrentamento dessas questões, sem o suporte institucional necessário, acentua a precarização da prática pedagógica. Louro (2014) salienta que o currículo escolar é, inerentemente, um campo de intensas disputas de poder, e que ensinar — ou, por outro lado, silenciar-se — sobre a sexualidade constitui um ato intrinsecamente político. Quando a instituição escolar se exime de sua responsabilidade, ela transfere ao docente o ônus de confrontar dilemas éticos, pedagógicos e legais de forma isolada, sem oferecer as condições formativas adequadas ou o respaldo institucional indispensável. A consequência direta e alarmante disso é o predomínio do silêncio, da evasão temática e da negação pedagógica, mesmo diante de demandas urgentes e explícitas por parte dos discentes. Essa situação sobrecarrega o profissional e mina a eficácia da Educação Integral em Sexualidade (EIS).

Esse contexto gera efeitos profundos e duradouros na subjetividade docente. O temor constante de "falar em demasia", de "ser mal interpretado" ou de "sofrer denúncia" conduz a um comportamento de autopolicimento rigoroso e a uma desconfiança pedagógica generalizada. Conforme brilhantemente analisado por Foucault (2017), o poder não opera exclusivamente de forma hierárquica, de cima para baixo, ele se infiltra de maneira insidiosa nos corpos e nos gestos, promovendo uma vigilância constante de si sobre si. Os professores, nesse sentido, não são apenas objetos de vigilância externa, mas também internalizam formas de controle que modulam sutilmente o que ensinam, como se posicionam diante de temas sensíveis e o que escolhem silenciar em suas práticas. Essa internalização do controle afeta a autonomia e a criatividade pedagógica.

Assim, a prática docente no que tange à sexualidade é inequivocamente permeada por uma intrincada teia de silêncios, que se interconectam de forma complexa ao currículo, à formação continuada e às dinâmicas de poder que operam no ambiente escolar. Tais silenciamentos não são meramente resultado de ignorância ou descaso por parte dos educadores, mas sim de um contexto formativo e institucional que, de forma preocupante, naturaliza o temor como uma ferramenta de gestão pedagógica. Romper com essa lógica perversa exige um repensar profundo e urgente da formação docente, que deve ser contínua e abrangente, além de um reconhecimento inequívoco da sexualidade como um campo legítimo, essencial e transversal de saber e prática educativa. É fundamental que a instituição escolar se transfigure em um espaço de diálogo aberto e seguro, onde a sexualidade possa ser abordada de forma ética, respeitosa e informada, garantindo o direito dos estudantes a uma Educação Integral em Sexualidade (EIS) completa e de qualidade.

Transgressões e invenções pedagógicas

Não obstante as restrições impostas por um ambiente institucional que frequentemente fomenta o silenciamento, currículos inflexíveis e uma formação deficitária, os dados coletados junto aos docentes da instituição de ensino pública investigada indicam que o silêncio em relação à sexualidade não é absoluto. Pelo contrário, a práxis pedagógica diária, mesmo sob a pressão de proibições e apreensões, consegue criar interrupções sutis por meio das quais a sexualidade se manifesta no contexto escolar. Tais manifestações podem ser discretas, improvisadas ou assistemáticas, mas constituem, em sua essência, gestos de resistência. Ainda que isolados, esses atos denunciam a insuficiência da negação institucional e reafirmam a potência da escuta atenta e da presença docente diante das complexas demandas discentes.

Os depoimentos dos educadores explicitam que, ao se depararem com indagações espontâneas, situações de violência ou demonstrações de afeto entre os alunos, muitos se sentem eticamente compelidos a intervir. Na ausência de suporte formal ou diretrizes claras, eles desenvolvem estratégias informais e criativas. Rodas de conversa, intervenções focais em momentos oportunos ou diálogos mais reservados fora do ambiente de sala de aula tornam-se instrumentos valiosos. Essas práticas são fundamentadas em um profundo compromisso ético com os indivíduos e em uma intuição pedagógica que reconhece: negligenciar a sexualidade é, em última instância, negar a própria existência concreta e as experiências singulares dos estudantes.

Figueiró (2018), em sua análise acerca do papel da formação docente na Educação

Integral em Sexualidade (EIS), salienta que a sexualidade deve ser integralmente reconhecida como uma dimensão legítima do trabalho pedagógico. Isso implica transcender a sua consideração meramente como um "conteúdo" a ser ministrado, ela é uma parte constitutiva e intrínseca da relação educativa. A autora argumenta que o educador que genuinamente escuta, acolhe e se compromete com a integralidade dos sujeitos atua de maneira politicamente responsável e transformadora. É notável que, mesmo sem uma formação sistemática e específica em Educação Integral em Sexualidade (EIS), muitos docentes conseguem desenvolver saberes práticos que lhes permitem abordar a sexualidade com notável sensibilidade, discernimento crítico apurado e afeto.

Embora limitadas em seu escopo ou abrangência, as estratégias desenvolvidas pelos docentes representam respostas criativas e proativas diante das deficiências institucionais evidentes. Foucault (2017) oferece uma perspectiva importante ao ressaltar que o poder não se manifesta unicamente através da repressão, mas também pela incitação, sugerindo que a resistência invariavelmente emerge nos pontos onde o poder é exercido. As "frestas" abertas pelos professores, nesse contexto, são expressões vívidas dessas resistências. Elas ocorrem no cerne das relações pedagógicas, desestabilizando o currículo prescrito e rigidamente estabelecido, e reorganizando o espaço escolar como um território fértil e propício para o debate, a escuta ativa e, consequentemente, a transformação social.

As "transgressões pedagógicas" são ações que desafiam a lógica dominante do silêncio e reconfiguram o papel do docente para além da mera reprodução normativa. Ao optar por abordar temas considerados controversos ou tabus, esses professores promovem deslocamentos significativos na cultura escolar (Louro, 2014). Eles assumem a sexualidade não como uma problemática, mas como um componente essencial na formação ética, relacional e cidadã plena dos estudantes, contribuindo para uma educação mais humana e abrangente.

Figueiró (2014) corrobora esse entendimento ao propor que a Educação Integral em Sexualidade (EIS) deve ser compreendida não apenas como um campo de disputas ideológicas, mas também como um espaço de invenções e criações pedagógicas. A autora argumenta que os espaços de escuta e acolhimento não dependem exclusivamente da existência de políticas públicas abrangentes. Eles são igualmente moldados e fortalecidos pelas ações diárias e incansáveis dos educadores que, mesmo sem reconhecimento formal ou incentivos específicos, atuam como agentes de resistência e enfrentamento de desafios complexos dentro do ambiente escolar, construindo uma rede de apoio invisível, porém potente.

Contudo, o caráter predominantemente isolado dessas práticas pedagógicas reforça a

urgência imperativa de sua valorização, sistematização e, sobretudo, institucionalização. Confiar apenas na sensibilidade individual e na boa vontade do professor acentua dramaticamente a precarização do trabalho docente e, de forma perigosa, normaliza a omissão estatal em assegurar uma formação ética e crítica consistente sobre a sexualidade. Como Figueiró (2018) sabiamente adverte, a ausência de políticas de formação nesse campo não constitui um vácuo neutro: ela alimenta o temor, reforça os silêncios ensurdecedores e impede a construção de uma escola verdadeiramente comprometida com a promoção e defesa dos direitos humanos.

Assim, as estratégias pedagógicas minuciosamente analisadas neste estudo, embora ainda parciais e fragmentadas em sua aplicação, apontam para caminhos promissores e factíveis para uma ruptura definitiva com o silêncio e a negação da sexualidade no espaço escolar. Reconhecer essas "frestas" como autênticos atos de resistência não é apenas uma constatação, é também uma reivindicação legítima e necessária do direito fundamental de professores e estudantes a uma educação que não se furte ao debate sobre aquilo que intrinsecamente constitui a vida humana em toda a sua complexidade e diversidade.

Considerações Finais

O presente artigo objetivou analisar as tensões enfrentadas por docentes da educação básica ao abordar a Educação Integral em Sexualidade (EIS) no ambiente escolar. A partir da escuta de docentes de uma escola pública do interior de Goiás, foi possível identificar que os discursos e as práticas relacionados à sexualidade na escola estão profundamente marcados por silenciamentos, inseguranças e estratégias improvisadas de enfrentamento.

Os dados revelam que, embora a sexualidade esteja presente no cotidiano escolar — nas perguntas dos estudantes, nas situações de violência, nos conflitos de identidade e nas relações interpessoais —, a instituição escolar opera majoritariamente por meio do silenciamento, da negação e do receio. O currículo prescrito ignora a complexidade do tema, e os cursos de formação inicial seguem tratando a sexualidade como conteúdo periférico ou problemático. Conforme apontam Figueiró (2014) e Louro (2013), a omissão é uma escolha política, não neutra, que perpetua desigualdades, reforça normas e nega aos estudantes o direito a uma educação integral.

A pesquisa revelou que, apesar desse cenário, os docentes criam espaços de resistência, embasados em suas experiências, valores éticos e dedicação ao bem-estar dos estudantes. Esses movimentos — embora muitas vezes solitários e não reconhecidos — constituem práticas

pedagógicas significativas, que precisam ser valorizadas e incorporadas às discussões sobre currículo, formação docente e políticas educacionais.

Com base nos resultados, defende-se a urgência de formações que não apenas incluem a sexualidade como conteúdo, mas que reconheçam sua potência pedagógica, ética e política. É essencial reposicionar a sexualidade na escola, transformando-a em um assunto frequentemente evitado em um espaço para reflexão e prática pedagógica consciente. Nesse sentido, é necessário que as universidades, os sistemas de ensino e as gestões escolares assumam compromissos concretos com a construção de espaços formativos que sustentem os docentes em sua prática cotidiana e os fortaleçam diante das resistências institucionais.

Por fim, esta pesquisa reafirma que a Educação Integral em Sexualidade (EIS) na escola não se trata de uma pauta secundária, mas de uma dimensão estruturante da formação humana. Silenciar a sexualidade é silenciar sujeitos. Ouvi-los, acolhê-los e educá-los a partir de suas existências é também uma forma de produzir uma escola mais justa, mais ética e mais humana.

Agências de fomento

Este trabalho tem fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2021. 281 p. ISBN 978-972-44-1154-5.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Conquistas e desafios das educadoras e educadores atuantes em Educação Sexual: subsídios para a formação docente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 1, 18 fev. 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** Londrina: EDUEL, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: saberes essenciais a quem educa.** Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** 2. ed. Londrina: EDUEL, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017 (Coleção Biblioteca de Filosofia).

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.